

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1382639 - MG
(2018/0271169-7)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : RAIMUNDO LEITE MONTALVAO - ESPÓLIO
REPR. POR : NORMA FERREIRA MONTALVÃO - INVENTARIANTE
AGRAVADO : AGOSTINHO FIGUEIREDO PAIVA
ADVOGADO : ANTÔNIO ALÍPIO MONTALVÃO E OUTRO(S) - MG020592
AGRAVADO : MUNICIPIO DE JANUARIA
PROCURADOR : JOSE NILO DE CASTRO E OUTRO(S) - MG014656

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMÓVEL PARTICULAR. PEDIDO DE TOMBAMENTO. PERDA DO OBJETO. OFENSA AO ART. 14, § 1º, DA LEI N. 6.938/1981. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRINCÍPIO *TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELLATUM*. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Não há vício a ensejar esclarecimento, complemento ou eventual integração do que decidido no julgado, pois a tutela jurisdicional foi prestada de forma clara e fundamentada.
2. O tema relativo ao art. art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981 não foi alegado na instância de origem, caracterizando-se, portanto, indevida inovação recursal.
3. A ausência de impugnação a fundamento que, por si só, respalda o resultado do julgamento proferido pela Corte de origem impede a admissão do recurso especial. Incide ao caso a Súmula 283/STF.
4. A Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, concluiu pela perda do objeto da lide, pois o pedido de tombamento recai sobre um bem que já não existe mais, tendo em vista "que a fachada do antigo Colégio São João única parte do imóvel que ainda se encontrava de pé, atualmente, encontra-se destruída" (fl. 314). Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide à hipótese a Súmula 7/STJ.
5. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas,

Superior Tribunal de Justiça

acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator

